



MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREVENÇÃO E CONTROLE SOCIAL

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2022

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2022, das 10h às 10h50min, realizou-se por videoconferência a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social do ano de 2022 para tratar: a) da atualização sobre o andamento dos projetos acompanhados pela Comissão; b) das contribuições nos temas eleitos pela reunião plenária de 04/02/2022: eleições e obras paralisadas; e c) da coordenação da comissão. Estavam presentes: Leonardo Dumke Busatto (Promotor de Justiça/MPPR); Danieli Kotelak de Melo (Assessora Jurídica DAS-4/MPPR); Luciano Cássio de Souza (Auditor Federal de Controle Externo – TCU); Isabel Kluever Koneski (Procuradora do Estado – CGTI/PGE/PR); Francisco Horst Bignardi Reinhardt (Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil/SRRF09); Antônio Jordão da Silva Júnior (Analista Tributário SRRF09/RFB); Demian Bianchi Bertozzi (Auditor Federal de Finanças e Controle/CGU/PR) e Eliane Turra (SESP). A sessão foi iniciada pelo Coordenador Leonardo Dumke Busatto, e secretariada por Danieli Kotelak de Melo.

Leonardo abriu a reunião e fez uma breve apresentação da coordenação. Consignou que as reuniões da Comissão ocorrerão sempre que forem apresentadas pautas. Colocou a coordenação e a secretaria da comissão à disposição para receber sugestões de assuntos a serem tratados. Passou ao acompanhamento das iniciativas em andamento na Comissão Permanente: o projeto Força Tarefa Cidadã, gerenciado pelo Observatório Social do Brasil (OSB) e o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC)/e-Prevenção, desenvolvido pelo TCU e discutido na Enccla e na Rede de Controle nacional.

Luciano esclareceu que o e-Prevenção avançou para uma nova etapa. Informou que o grupo de trabalho na coordenação nacional do programa está terminando o planejamento para este ano. Resumiu que estão previstos cinco eventos nacionais que serão realizados pelo canal do TCU no YouTube: o primeiro deverá ocorrer na segunda quinzena do mês de março e tratará do roteiro de atuação, que consiste em diagnóstico das organizações/entidades participantes e apresentação de sugestões de melhoria. Disse que não há data definida para os próximos encontros, mas que ocorrerão de forma periódica, totalizando mais quatro eventos até a primeira quinzena de dezembro/2022. Passará as datas no grupo da comissão. Pontuou que cada evento subsequente será focado em uma área do e-Prevenção. Aduziu que o subtópico de prevenção é o mais crítico, principalmente no âmbito municipal. Sugeriu a realização de oficina regionalizada para tratar das dificuldades



comuns dos Municípios paranaenses e solicitou o apoio dos órgãos de controle que conhecem bem a realidade do Estado do Paraná. Destacou que não há nada definido no âmbito da coordenação nacional do programa quanto a isso, mas considerou ser interessante tratar das respostas do programa de forma mais individualizada, diante da necessidade de cada Estado. Em paralelo, sugeriu trabalhar o fomento à adesão de quem ainda não participa do programa. Esclareceu que aproximadamente 20% das entidades paranaenses ainda não aderiram e que acredita que esse percentual se dê por falta de conhecimento do programa. Reforçou que o objetivo principal neste momento é “ajudar entidades que aderiram a sair do vermelho”.

Leonardo pediu esclarecimentos sobre a composição do roteiro de atuação, se ele é composto de atividades ou material de apoio.

Luciano esclareceu que o próprio sistema fornece um diagnóstico individualizado em cima do que se concluiu com as respostas aos questionários. Citou como exemplo a ausência de Código de Ética e a sugestão de implementá-lo. Afirmou que são roteiros personalizados.

Leonardo comentou que participou de reunião para tratar do diagnóstico do e-Prevenção no âmbito do Ministério Público Paranaense (MPPR) e, baseado na sua experiência com o programa, citou que questões que envolvem governança são pulverizadas e isso pode dificultar a resolução de problemas, especialmente nos Municípios. Exemplificou que aquele que respondeu ao questionário muitas vezes não tem poder de impulsionar a criação de um Código de Ética. Enfatizou que, quando se fala em governança, exige-se comprometimento da alta administração. Enalteceu o percentual de adesão ao programa, que se aproxima de 80%, e comentou que esse número pode ser usado para incentivar a participação dos não aderentes.

Luciano ponderou que se percebe o interesse nos órgãos de controle interno, os quais relatam essa mesma dificuldade: são competentes para responder o questionário, mas não para implementar as melhorias. Asseverou que somente a entidade respondente tem acesso ao roteiro. Aos demais só são disponibilizadas fotos macro e gráficos que mostram as informações por nichos. Destacou que essa é uma premissa do programa: não há competição. Reforçou que não há prazo para a reversão das inconsistências apontadas, as quais podem ser implementadas no decorrer do ano.

Francisco questionou como ajudar os Municípios a “sair do vermelho” sem acesso aos dados individualizados.

Luciano, em resposta, apresentou o painel do programa referente ao gerenciamento de avaliação. Exemplificou o resultado geral por esfera no nicho “susceptibilidade de fraude à corrupção”: no âmbito municipal, 91% dos respondentes se encontram em risco.



Leonardo destacou que o resultado é bem dispare entre as esferas.

Luciano argumentou que se pensa em uma forma de, por exemplo, o controle interno Curitiba e Londrina saberem das situações das suas Secretarias Municipais, mas declarou que existem problemas de sigilo para gerar essa comparação.

Francisco consignou que, conhecendo a situação geral, poderia ser elaborada uma oficina não específica, que congregue tudo o que foi identificado como relevante nas respostas, mostrando os motivos que estão implicando em resultados negativos. Sugeriu que essa oficina ocorra depois das eleições.

Leonardo sintetizou a partir das falas que o programa está em andamento, com a adesão de entidades em percentual de aproximadamente 80%. Aqueles que responderam já possuem um diagnóstico. Inferiu que há a necessidade de sensibilizar os 20% restantes e também fornecer apoio aos já aderentes em relação à modificação da estrutura.

Luciano destacou que o foco principal do momento é ajudar quem já está participando.

Leonardo enfatizou que é necessária a mudança de cultura de controle. Sugeriu que sejam disponibilizados materiais de apoio e boas práticas, pois os Municípios precisam de orientação sobre onde buscar bons exemplos.

Luciano disse que a plataforma disponibiliza links para modelos.

Leonardo asseverou a importância de comunicação assertiva e material de apoio claro. Discorreu sobre estratégias de comunicação da Escola do TCU. Falou sobre o foco naqueles que já aderiram e da necessidade de se deixar claro para eles que há material de apoio na plataforma e links de acesso.

Luciano concordou com a fala e comentou a experiência positiva com a área de comunicação do TCE-PR, que sugeriu pílulas, ou seja, lembretes rápidos e que sempre fomentam o assunto.

Leonardo disse que há maior adesão quando os órgãos percebem que há monitoramento. Sugeriu a elaboração de um material que seja replicável via whatsapp para mobilizar as pessoas envolvidas e os demais integrantes do órgão.

Francisco concordou com a ideia de envio de lembretes para mais de um ator, além do prefeito, e perguntou sobre os contatos dos Municípios.

Luciano disse que o maior contato é com o controle interno, mas que possui mais de um endereço de envio.



Leonardo reforçou os lembretes em forma de pílulas e por temas. Citou a sua experiência como órgão de apoio e apontou que a adesão é maior quando são disponibilizados o passo a passo, modelos e roteiros de atuação.

Luciano citou a experiência com o Tribunal de Justiça do Paraná, que ainda não concluiu os questionários, mas que já está implementando mudanças na medida das respostas. Sugeriu que todos acessem a [plataforma](#) para verificar os resultados em geral e, na sequência, sejam discutidas as oficinas.

Leonardo sugeriu oficinas instruídas com material de apoio via pílulas, replicadas pelo *mailing* da Escola do TCE-PR.

Luciano informou que está conversando com o Instituto Rui Barbosa e a Escola do TCU para que eles possam auxiliar nos treinamentos em EaD. Sobre as oficinas regionais, sugeriu que se busque o apoio com a Escola do TCE-PR via comissão.

Leonardo sugeriu aguardar a primeira oficina nacional para ver a repercussão.

Luciano disse que divulgará a data do encontro assim que possível e pediu o apoio de todos para divulgação do evento.

Leonardo solicitou ao Luciano que repasse as estratégias de comunicação para que sejam feitas as retransmissões, como foi feito outrora pelo Ministério Público e pela Rede de Controle. Dando ao assunto por vencido, passou ao próximo item da pauta: eleições e obras paralisadas. Reiterou, no âmbito da comissão, o assunto abordado na 48ª Reunião Ordinária da Rede e colocou a coordenação da comissão à disposição para receber ideias de abordagem. Citou que o TCE-PR possui um painel de obras paralisadas e questionou os presentes se os órgãos que representam também trabalham essas temáticas.

Luciano relatou dificuldades no âmbito do TCU para coleta de base de dados e planilhas consolidadas sobre obras paralisadas. Afirmou que possuem bases de alguns órgãos federais, mas que dependem de atualização.

Leonardo informou que captava dados dos bancos abertos do TCE. Citou que o TJPR possui um projeto para acelerar questões relacionadas às obras *sub judice*. Esclareceu que o Ministério Público indicou o Promotor de Justiça Hugo Evo Magro Correa Urbano como representante para acompanhar a iniciativa, do qual é suplente. Disse que não foi realizada nenhuma reunião ainda, mas a ideia é dar prioridade ao grupo de ações que envolvem obras paralisadas e utilizar mecanismos de negociação.

Luciano disse que há interesse do TCU em participar deste grupo.

Leonardo se prontificou em repassar contatos e o número do processo SEI relacionado.



Avançando, **Luciano** comentou que o TCU tratará no tema das emendas parlamentares/de relator/do orçamento secreto, em razão do ano eleitoral. Citou a necessidade de chegar à destinação do recurso.

Leonardo mencionou que divulgou o link do material em ocasião passada para todos os membros e servidores do MPPR e que poderá divulgar novamente em âmbito interno. Pontuou que essa divulgação interna é salutar porque sensibiliza os órgãos de execução, que verificarão a situação dos Municípios da sua Comarca e poderão investigar eventuais irregularidades. Passando ao último tema da pauta, submeteu a coordenação da comissão aos demais integrantes, para renovação, considerando as novas indicações dos órgãos que participam da Rede. Todos concordaram com a manutenção da coordenação para mais este exercício. Enfatizou que reuniões como essa, com pauta e encaminhamento, são proveitosas e colocou a coordenação e a secretaria mais uma vez à disposição para o recebimento de temas para pauta. Consignou que os temas tratados no plano de ação são muitas vezes abordados na plenária, pela sua amplitude, o que é adequado.

Francisco citou as experiências positivas do projeto Força Tarefa Cidadã no que toca o trabalho com universidades. Sugeriu que se pense sobre a introdução desse acompanhamento das universidades no âmbito do e-Prevenção. Disse que essa intervenção pode auxiliar em processos legislativos pela aproximação dos cidadãos no controle, além de órgãos públicos. Comentou que, em conjunto com o OSB, pode estruturar uma rede de universidades para trabalhar nisso, pois as instituições de ensino precisam de programas de extensão universitária, de onde se extrai o interesse em se associar.

Leonardo citou como positivo o exemplo de trabalho das universidades com os Portais da Transparência. Nada mais a ser tratado, encerrou a reunião.

Deliberações	Responsável
Discussão sobre oficinas regionais para apoio aos que aderiram ao e-Prevenção: acessar a plataforma para verificar os resultados em geral. Trabalhar pílulas com material de apoio assertivo por meio do mailing do TCE-PR. Aguardar o primeiro evento nacional.	Luciano Cássio de Souza e demais integrantes.
Repassar as datas de eventos e as estratégias de comunicação do e-Prevenção para que sejam feitas as retransmissões via Rede de Controle.	Luciano Cássio de Souza
Repassar contatos e o número do processo SEI relacionado ao projeto de obras paralisadas do TJPR para o TCU.	Leonardo Dumke Busatto